

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	9
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	17
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	18

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	19
10.2 - Resultado operacional e financeiro	40
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	42
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	43
10.5 - Políticas contábeis críticas	46
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota desde maio de 2021 uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos"), aplicável a todas as áreas da Companhia e às suas subsidiárias. A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2021.

A Companhia entende que a gestão de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades organizacionais, contribuindo para a evolução estruturada e sustentável de seus resultados financeiros e rentabilidade, consolidando sua imagem de empresa sólida, eficiente e socialmente responsável. Portanto, o documento define os riscos aos quais a Companhia está exposta e define medidas que viabilizam o seu gerenciamento.

No entanto, a Companhia está em processo de estruturação e implementação de suas políticas de gerenciamentos de riscos e controles internos, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021, conforme descrito no fator de risco "*Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente os nossos negócios*", constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos da Companhia se baseou em recomendações de normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, especialmente a estrutura integrada de controles internos do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), com o objetivo de: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) mapear quais são as oportunidades, propósitos e os fatores internos e externos que podem impactar o desenvolvimento do negócio como um todo; além de (iv) antever e administrar os efeitos indesejáveis.

#### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os seus riscos e busca proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente os objetivos traçados pela sua administração. Esses riscos foram classificados em quatro principais grupos:

Riscos Estratégicos: são aqueles associados à tomada de decisão pela alta administração e/ou decorrentes da falta de capacidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente. São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com o apoio dos comitês executivos;

Riscos Financeiros: são aqueles associados à exposição das operações financeiras (mercado, crédito e liquidez). São gerenciados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, com apoio do departamento administrativo;

Riscos Operacionais: são aqueles associados à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos, e;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Regulatórios: são aqueles associados à exposição da empresa ou de seus ativos a possíveis medidas ou alterações legais que possam ter impacto negativo sobre a sua atividade ou rentabilidade.

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Companhia compreende os principais riscos constantes das categorias acima, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia.

Dentre esses riscos, a Companhia destaca os riscos operacionais como sendo o de maior criticidade.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota como modelo de gestão dos riscos o COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission*, o qual conta com as seguintes etapas:

- (i) Identificação dos riscos: Identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- (ii) Avaliação: Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados;
- (iii) Proposta de Limites: Nível de risco que os acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor; e
- (iv) Planos de ação: Conjunto de iniciativas definidas e implantadas pelo proprietário do risco a fim de adequar as exposições aos limites aprovados (objeto de acompanhamento periódico).

Para a avaliação dos riscos, a Companhia definiu uma metodologia por meio da qual realiza a análise da exposição e/ou o impacto dos riscos e avalia se está disposta a aceitá-lo. Essa avaliação classifica os riscos em escalas variando entre baixa, média e alta exposição e considera os seguintes fatores:

- (i) Impacto: consiste na análise dos riscos quanto à possível influência nas operações da Companhia, com base na percepção dos executivos, considerando dimensões como finanças, reputação e operação;
- (ii) Probabilidade: consiste no nível de exposição ao risco considerando a percepção dos executivos, o histórico de ocorrências e a atual estrutura de controles da Companhia, como pessoas, processos e tecnologia, bem como cenários de mudanças e condições externas.

A partir da classificação do risco, a Companhia pode decidir por:

- (i) Eliminar o risco, abandonando/cessando as atividades que dão origem a ele;
- (ii) Reduzir o risco e a probabilidade ou o impacto dele, ou ambos;
- (iii) Transferir o risco a terceiros, com o intuito de reduzir a probabilidade ou o impacto dele, e;
- (iv) Aceitar o risco, assumindo seus impactos potenciais e respectivas oportunidades.

A Companhia utiliza diversos instrumentos para auxiliá-la no processo de gestão de riscos, os quais estão descritos na sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, e incluem:

- (i) Revisão anual dos riscos mapeados, com o objetivo de refletir as mudanças e volatilidades internas e externas do mercado que impactam as atividades da Companhia.
- (ii) Entendimento dos processos de negócio, incluindo a associação dos riscos mapeados e respectivas medidas de prevenção ou mitigação (controles internos).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (iii) Aprimoramento e documentação dos controles internos, incluindo o estabelecimento de políticas, procedimentos, ferramentas e treinamentos.
- (iv) Avaliação periódica dos controles internos dos processos de negócio, de modo a garantir a sua eficácia.
- (v) Estabelecimento de indicadores de risco, visando garantir que quaisquer desvios possam ser identificados.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos através do modelo das três linhas de defesa:

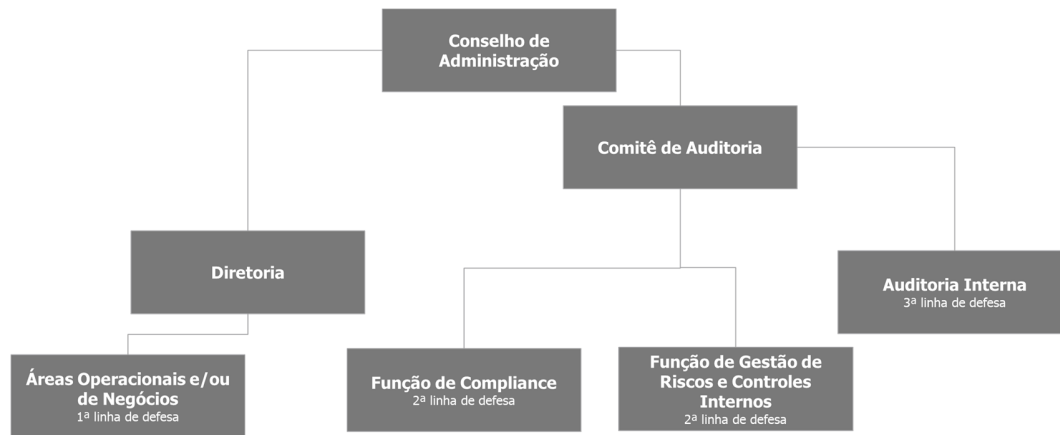
1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está representada pelas Áreas de Negócio, tendo por responsabilidade o conhecimento e a gestão dos seus próprios riscos, devendo implementar e executar ações mitigadoras (planos de ação) e manter controles internos eficientes; garantindo assim a conformidade das operações e integridade das informações;

2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa está representada pela Função de Compliance e a Função de Gestão de Riscos e Controles Internos, que auxiliam a 1ª linha de defesa de forma consultiva na identificação das causas e consequências associadas aos riscos, e através de metodologia e melhores práticas conduzem o processo de monitoramento para gestão dos riscos. A Função de Compliance se reporta ao Comitê de Auditoria da Companhia. Os membros responsáveis pela Função de Compliance e da Função de Gestão de Riscos e Controles Internos não acumulam suas funções com outras atividades operacionais;

3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa está representada pela auditoria interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança.

A estrutura de gerenciamento de Riscos da Companhia formalmente aprovada é organizada conforme o organograma e a descrição abaixo:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos



Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

- Aprovar e revisar a política de gestão de riscos e acompanhar a sua implementação;
- Monitorar e receber reporte, por meio do Comitê de Auditoria, das atividades da Auditoria Interna e das Funções de Compliance e de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Avaliar os riscos estratégicos da Companhia;
- Definir o apetite a riscos da Companhia;
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da Companhia aos limites estabelecidos;
- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de Gestão de riscos;
- Assegurar a autonomia operacional do Comitê de Auditoria, inclusive, por meio da aprovação de orçamento próprio, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento;
- Avaliar, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento da Auditoria Interna são suficientes ao desempenho de suas funções;
- Definir os direcionamentos e decisões levados pelo Comitê de Auditoria para aprovação.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do seu regimento específico:

- opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, e possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Compete à Auditoria Interna, dentre outras atribuições:

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de Gestão de riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;
- Fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e
- Consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de conformidade) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia ainda não possui tal área instalada e está avaliando a contratação de empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna.

Compete à Diretoria Executiva, dentre outras atribuições:

- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de Gestão de Riscos e de controles internos, bem como do programa de compliance e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação; e
- Garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês (estatutário ou não), do Conselho Fiscal (quando instalado), da Auditoria Interna e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

Compete à Função de Gestão de Riscos e Controles Internos, cujos membros (ainda não definidos) não desempenham atividades operacionais da Companhia, dentre outras atribuições:

- Identificar e caracterizar quais riscos podem afetar a Companhia;
- Analisar qualitativamente e quantitativamente para avaliar a exposição ao Risco e priorizar aqueles que serão objeto de ações adicionais;
- Acompanhar a execução e implementação dos planos de ação decorrentes dos trabalhos de controles internos na Companhia;
- Estabelecer os processos de gestão de riscos, sendo responsável por coordenar e definir os padrões a serem seguidos de ferramentas, metodologias, sistemas de suporte, as formas e a periodicidade dos seus reportes ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da Companhia, conforme o caso; e
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais.

Atualmente, a Companhia está avaliando a contratação de profissionais qualificados para exercer a sua Função de Gestão de Riscos e Controles Internos.

Compete à Função de Compliance, exercida pela gerente do departamento de Relações com Investidores, entre outras ações:

- analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos;
- apurar as ocorrências relatadas no canal de denúncias e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos;
- revisar anualmente o Código de Ética e Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; e
- promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Ética Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Dessa forma, a estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de maio de 2021, e parcialmente operacional, conforme descrito acima.

Para fins de adequação à listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia recentemente constituiu o seu Comitê de Auditoria Estatutário e aprovou a sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, no contexto das atividades preparatórias para a listagem da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado.

Contudo, a Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos.

Deste modo, a Companhia está em processo de estruturação e implementação de suas políticas de gerenciamentos de riscos, controles internos e compliance, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia constituiu o seu Comitê de Auditoria Estatutário e aprovou a sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos. Além disso, a Companhia está em processo de estruturação e implementação de suas políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão. Dentre as pendências para a implementação da atual estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia recém-aprovada, destacam-se: (i) a operacionalização das funções de gerenciamento de riscos e controles internos por profissional especializado a ser contratado; e (ii) a instalação da sua auditoria interna por meio da contratação de empresa de auditoria independente.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política específica para gerenciamento de riscos de mercado, visto que a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência cobre também riscos mercadológicos.

### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

As práticas adotadas pela Companhia para monitoramento dos riscos de mercado, estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos mencionada no item 5.1, possuem por objetivo evitar ou mitigar eventuais efeitos adversos nas suas atividades.

#### (i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente, os riscos de crédito, de taxa de câmbio e dos preços das *commodities*.

#### (ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar os ativos aos mesmos índices dos seus passivos, estratégia conhecida como *hedge* natural. A Companhia poderá utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição do balanço patrimonial. No caso da utilização destas operações, elas serão conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho de Administração.

#### (iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O modelo de negócios da Companhia consiste na compra, venda e arrendamento de suas terras. A Companhia possui duas grandes fontes de receita, a saber: (i) arrendamento/parceria de suas terras, e (ii) eventual venda de terras. O fluxo de recebíveis poderá ser em reais ou estar indexado à *commodities* de referências (como, por exemplo, soja ou cana-de-açúcar). Quando o recebível estiver indexado à *commodity*, faremos a gestão do risco de preços da *commodity* e da taxa de câmbio inerente à própria *commodity*. Para proteger esse fluxo poderemos fixar os preços diretamente com o arrendante, com a *trading* ou com bancos, por meio de instrumentos para a proteção cambial quando houver exposição a moedas estrangeiras, tal como indicado no item (i) acima, tais como (a) swaps, (b) NDF (contrato a termo de moeda sem entrega física), e (c) opções caso celebre contratos que estejam sujeitos à variação cambial no futuro. A escolha por cada tipo de contrato vai depender da natureza da operação, prazo e de condições de mercado, tais como liquidez dos contratos. A contratação desse instrumento financeiro deverá ser feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir. A Companhia administra esses instrumentos pela definição de estratégias operacionais e controles internos lastreada em suas operações e não utiliza tais instrumentos com outros propósitos que não de proteção (hedge). A Companhia não possui política de hedge formalizada.

#### (iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela sua administração. No processo de gestão de riscos de mercado, a Administração utiliza os seguintes parâmetros para gerenciamento dos riscos de mercado: (i) faz a identificação da exposição por fatores de risco, (ii) avaliação e classificação dos fatores de risco por natureza de risco de mercado, (iii) mensuração da exposição acumulada por natureza e por fatores de risco, e (iv) implementação de estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

A Companhia utiliza análise de sensibilidade para o gerenciamento dos riscos de mercado das suas posições. Essa metodologia consiste na construção de cenários extremos das variáveis de risco de mercado as quais a Companhia possa estar exposta para determinar o potencial impacto aos seus resultados em tais condições de mercado. Estes cenários são elaborados com base em movimentos históricos e em cenários econômico-financeiros projetados.



**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia informa que não possui limites (mínimo e máximo) de exposição permitidos em sua prática de hedge para os riscos de mercado identificado no item 4.2 deste Formulário de Referência, analisando a contratação caso a caso de forma a reduzir a exposição da Companhia a estes riscos.

**(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

**(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Conforme estrutura descrita no item 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência, no que é aplicável ao gerenciamento de riscos mercadológicos. A estrutura envolvida nos controles internos da Companhia, tal como descrita no item 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de maio de 2021. A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a listagem da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciando, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas na gestão dos controles internos, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A administração da Companhia monitora e avalia, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### **(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia tem suas demonstrações financeiras preparadas conforme as principais práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB)).

Trimestralmente, as informações financeiras da Companhia são objeto de revisão limitada por parte dos auditores externos. Como resultado desse trabalho, é emitido o relatório sobre as Informações Financeiras da Companhia para as bases trimestrais e o relatório sobre as demonstrações financeiras para a base anual, mediante auditoria completa. Além disso, anualmente é emitida uma "Carta Comentário", que serve de orientação para correção e aperfeiçoamento dos controles internos da companhia.

Com objetivo de avaliar que as informações prestadas nas demonstrações financeiras estão corretas, a Companhia possui processos internos que são capazes de avaliar a coerência dos números, tais como:

- (i) Conciliações contábeis para as contas do balanço efetuadas mensalmente, objetivando garantir a consistência dos saldos registrados;
- (ii) Avaliação e contabilização mensal do custo de formação das lavouras e o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, de acordo com o estágio fenológico de cada cultura e com o resultado esperado com base em preços de mercado;
- (iii) Avaliação permanente do contas a receber para a correta aplicação da provisão para perdas de recebimento de crédito; e
- (iv) Análise de *impairment* dos ativos imobilizados, assim como para todos os ativos da Companhia, avaliando se o seu valor contábil será recuperável, conforme normas do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

### **(b) Estruturas organizacionais envolvidas**

A Diretoria Administrativa é a área específica responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e, para tanto conta com o suporte do departamento de Contabilidade para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observação das normas contábeis aplicáveis.

Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, que é responsável por supervisionar a área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e das demonstrações financeiras.

A estrutura envolvida nos controles internos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 10 de maio de 2021.

A implementação desta estrutura se deu no contexto das atividades preparatórias para a listagem da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 denominado Novo Mercado. A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas na gestão dos controles internos, embora todas as estruturas descritas neste item 5.3.b já se encontrem plenamente funcionais, enquanto que as demais estruturas deverão ser finalizadas em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termos do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

### (c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Foi implementado procedimento mediante o qual para cada deficiência apresentada é solicitado à área competente a elaboração de um plano de ação, nome do responsável e data de implantação.

A Diretoria Administrativa é responsável pela condução deste processo.

### (d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e do período de três meses findo em 31 de março de 2021, emitiram carta de recomendações e identificaram as seguintes deficiências significativas relacionadas aos controles internos da Companhia:

Assunto	Possível Impacto	Recomendação dos Auditores
<p>Atrasos significativos na disponibilização de informações, incluindo as demonstrações financeiras para exame dos auditores independentes, resultando em:</p> <p>a) Prejuízo ao fluxo de revisão das demonstrações financeiras da Companhia para fins de seu registro na B3;</p> <p>b) Temas relevantes foram tardiamente avaliados pela administração e não considerados no cronograma de registro (dificuldade na obtenção das anuências formais das instituições financeiras para quebra de "covenants", por exemplo);</p> <p>c) A avaliação dos impactos da obtenção, ou não, dos "waivers" mudou algumas vezes, impactando na reavaliação do cenário, tanto para fins de divulgação, quanto para fins de determinação dos documentos necessários para evidenciar o resultado da avaliação;</p> <p>d) Proposição de validação de temas relevantes sem a consulta formal com advogados independentes, mesmo após a recomendação dos</p>	<p>A ausência de um planejamento adequado no processo de preparação das demonstrações financeiras aumenta o risco de uma distorção relevante nos relatórios financeiros, seja por fraude ou erro.</p> <p>Esse risco é potencializado na preparação de demonstrações financeiras que possuem julgamentos relevantes, bem como com mudanças nos cenários de avaliação.</p> <p>Prejuízo da qualidade das informações disponibilizadas aos stakeholders da Companhia.</p>	<p>Estruturar cronogramas factíveis, criar rotinas periódicas de revisão das informações financeiras e implementar controles para garantir que as rotinas serão seguidas.</p> <p>Benefício da recomendação: Atendimento aos acordados com stakeholders e acionistas da Companhia.</p>

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

<p>auditores independentes (ex. interpretação que o gatilho dos <i>covenants</i> não foi disparado em 31/03/2021) por não haver tempo hábil para os advogados avaliarem o tema;</p> <p>e) Decisões importantes foram alteradas ao longo do processo e não foram avaliados ajustes no cronograma de finalização dos trabalhos; e</p> <p>f) A qualidade das informações disponibilizadas para a auditoria não estava, inicialmente, adequada e exigiu esforço adicional de ambos os times para, primeiramente, ajustar as informações e, ato seguinte, para concluir os trabalhos de auditoria no cronograma previsto.</p>		
--	--	--

**(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Acerca das deficiências apontadas no item 5.3 "d" acima, a administração da Companhia apresentou os seguintes comentários:

Assunto	Comentários da Administração
<p>Atrasos significativos na disponibilização de informações, incluindo as demonstrações financeiras para exame dos auditores independentes, resultando em:</p> <p>a) Prejuízo ao fluxo de revisão das demonstrações financeiras da Companhia para fins de seu registro na B3;</p> <p>b) Temas relevantes foram tardiamente avaliados pela administração e não considerados no cronograma de registro (dificuldade na obtenção das anuências formais das instituições financeiras para quebra de "covenants", por exemplo);</p> <p>c) A avaliação dos impactos da obtenção, ou não, dos "waivers" mudou algumas vezes, impactando na reavaliação do cenário, tanto para fins de divulgação, quanto para fins de determinação dos documentos necessários para evidenciar o resultado da avaliação;</p> <p>d) Proposição de validação de temas relevantes sem a consulta formal com advogados independentes, mesmo após a recomendação dos auditores independentes (ex. interpretação que o gatilho dos <i>covenants</i> não foi disparado em 31/03/2021) por não haver tempo hábil para os advogados avaliarem o tema;</p> <p>e) Decisões importantes foram alteradas ao longo do processo e não foram avaliados ajustes no</p>	<p>As situações relatadas foram extraordinárias e superadas ao longo do trabalho, não sendo esperadas para trabalhos futuros. Adicionalmente, o ambiente de controles internos da Companhia está sendo revisto, em paralelo à definição de sua nova estrutura.</p>

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

<p>cronograma de finalização dos trabalhos; e</p> <p>f) A qualidade das informações disponibilizadas para a auditoria não estava, inicialmente, adequada e exigiu esforço adicional de ambos os times para, primeiramente, ajustar as informações e, ato seguinte, para concluir os trabalhos de auditoria no cronograma previsto.</p>	
--	--

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

No contexto da abertura de capital, a Companhia revisou seu Código de Ética e Conduta visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Ética e Conduta estabelece o compromisso absoluto em cumprir as normas aplicáveis nas relações com a Administração Pública, definindo vedações e orientações voltadas ao combate à corrupção.

O Código de Ética e Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2021, define a missão, visão, valores e princípios da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) responsabilidade socioambiental; (ii) transparência e confidencialidade das informações; (iii) normas para o relacionamento com fornecedores, clientes, acionistas, comunidades e entidades governamentais; (iv) esclarecimentos sobre o canal de denúncias, e; (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

O Código de Ética e Conduta também prescreve orientações acerca de como os colaboradores devem proceder diante de dúvidas sobre a aplicação e o conteúdo das regras.

Além do Código de Ética e Conduta, a Companhia adota um Canal de Ética e Denúncia, que tem por objetivo permitir que a administração da Companhia tenha conhecimento das possíveis falhas que possam ocorrer no dia a dia e realize a melhora contínua de seus processos, reputação e imagem.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

As seguintes estruturas organizacionais estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade:

- **Conselho de Administração:** responsável por aprovar as políticas, diretrizes e procedimentos de integridade;
- **Comitê de Auditoria:** responsável por: (a) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (b) receber reportes periódicos da Função de Compliance sobre as investigações conduzidas e autorizar a contratação de investigação independente, quando necessário;
- **Diretoria Executiva:** responsável por promover elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os colaboradores, a importância dos procedimentos de integridade e o papel de cada um no processo;
- **Função de Compliance:** A Companhia está em processo de instalação da sua função de compliance, que será responsável por, dentre outros: (a) analisar situações não previstas no Código de Conduta e definir procedimentos; (b) apurar as ocorrências relatadas no canal de denúncias e direcioná-las para devida apuração e investigação, submetendo suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis aos casos concretos; (c) revisar

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

anualmente o Código de Ética e Conduta e atualizá-lo sempre que necessário, submetendo-o à aprovação do Conselho de Administração; (d) promover treinamentos periódicos a respeito do conteúdo do Código de Ética Conduta e das demais políticas e procedimentos da Companhia. Atualmente, a Função de Compliance da Companhia é exercida pela gerente do departamento de Relações com Investidores; e

- **Auditoria Interna:** A Companhia está em processo de instalação da sua auditoria interna, que será responsável por, dentre outros, aferir a qualidade e adequação dos controles internos e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

É assegurado à Função de Compliance autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

**(i) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

Sim, a Companhia possui o Código de Ética e Conduta, aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2021.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Conforme disposto no item "A Quem se Aplica" do Código de Ética e Conduta, o documento se aplica a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo administradores, diretores, conselheiros, membros de comitês, empregados e estagiários, além de se aplicar a clientes, fornecedores, parceiros e acionistas da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Conforme o disposto no item "Abrangência do Código de Ética e Conduta" do Código de Ética e Conduta, a Companhia promove treinamentos, com periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores sobre a aplicação das disposições do Código de Ética e Conduta e sobre as leis anticorrupção aplicáveis à Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Conforme item "Medidas Disciplinares" do Código de Ética e Conduta, qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Ética e Conduta ou a legislação vigente estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares, que podem incluir: (i) advertência oral e/ou por escrito; (ii) suspensão, e; (iii) rescisão do contrato de trabalho (com ou sem justa causa).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de maio de 2021, e está disponível em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e no website da Companhia ([terrasantapa.com.br](http://terrasantapa.com.br)).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### **(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias interno, chamado "Canal de Ética e Denúncias", por meio do qual todos os colaboradores e terceiros podem reportar dúvidas e relatos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética e Conduta, assim como de padrões internos e da legislação vigente.

O Canal de Ética e Denúncias pode ser acessado, de forma gratuita, por meio do e-mail: [canaldedenuncia@tsagro.com](mailto:canaldedenuncia@tsagro.com).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética e Denúncias é destinado a todos os colaboradores e terceiros que desejem registrar dúvidas e relatos de casos de descumprimento ou suspeita de descumprimento do Código de Ética e Conduta e das leis anticorrupção vigentes.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética e Denúncias assegura a confidencialidade das informações recebidas e o anonimato dos denunciante.

Nos termos do seu Código de Ética e Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Ética e Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Função de Compliance é responsável pela apuração das denúncias recebidas através do Canal de Ética e Denúncias, reportando-as ao Comitê de Auditoria, que é responsável por deliberar sobre o tratamento de denúncias e pela aplicação de medidas disciplinares, quando necessário.

De modo a evitar conflitos de interesses na apuração de denúncias, qualquer denúncia que envolva a Função de Compliance serão encaminhadas para o Comitê de Auditoria. Além disso, eventuais casos envolvendo o Comitê de Auditoria serão apurados pelo Conselho de Administração. Assim garante-se imparcialidade e autonomia no processo de apuração das denúncias.

### **(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Apesar de não possuir procedimentos formais que tratem deste tema, o Departamento Jurídico da Companhia realiza análises de riscos na realização de quaisquer operações societárias de forma a evitar e coibir práticas irregulares ou riscos de integridade advindos de tais operações societárias.

### **(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito neste item 5.4.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou sua Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, que passa a congrega as principais diretrizes e procedimentos, assim como definir os responsáveis pelo processo de identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia.

Para fins de adequação à listagem da Companhia no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia também constituiu Comitê de Auditoria Estatutário e revisou seu Código de Ética e parte de suas políticas e procedimentos internos. Além disso, a Companhia está em processo de de estruturação e implementação de suas políticas de gerenciamentos de riscos, controles internos e compliance, que deverá ser finalizado em até 12 (doze) meses da data do início de negociação de ações ordinárias de sua emissão, nos termo do Ofício Circular nº 049/2021-PRE publicado pela B3 em 13 de maio de 2021.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras combinadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras combinadas sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras combinadas para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e o período de três meses findo em 31 de março de 2021; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras combinadas; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras combinadas ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Para informações a respeito dos efeitos da pandemia do COVID-19 nas atividades da Companhia e em sua condição financeira, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

### (a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2021, o índice de endividamento total foi de 0,38 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$1.816 mil. O passivo circulante, em 31 de março de 2021 totalizava R\$ 156.162 mil.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 43.065 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$34.198 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020, totalizava R\$ 9.501 mil.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 13.884 mil, sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$426 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R\$ 1.493 mil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um ativo circulante total de R\$ 30.260 mil sendo a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$7.616 mil. O passivo circulante, em 31 de dezembro de 2018, totalizava R\$ 5.164 mil.

### **Indicadores Financeiros**

A seguir, são apresentados os principais indicadores de liquidez:

	Período de três meses findo em	Em 31 de dezembro			
	31/03/2021	2020	2019	2018	
<b>Índices de Liquidez</b>					
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>					
(Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,31	4,53	9,29	5,85	
<b>Índice de Liquidez Geral</b>					
(Ativo Total/Passivo Total)	3,59	7,24	10,79	10,97	
<b>Índice de Liquidez Total</b>					
(Passivo Circulante + Não Circulante/Patrimônio Líquido)	0,38	0,16	0,10	0,10	

Em 31 de março de 2021, o nosso índice de liquidez corrente (ativo circulante /passivo circulante) foi de 0,31x, contra 4,53x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 9,29x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 5,85 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução é resultado do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil por conta da reorganização societária fruto da operação com a SLC Agrícola.

Em 31 de março de 2021, o nosso índice de liquidez geral (ativo total/passivo total) foi de 3,59x, contra 7,24x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 10,79x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 10,97 apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O Índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

Em 31 de março de 2021, o nosso índice de liquidez total (passivo circulante + não circulante/patrimônio líquido) foi de 0,38x, contra 0,16x apresentado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 0,10x nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Em 2019 e 2018, esse índice foi inferior pois a Companhia possuía a conta de empréstimos e financiamentos praticamente zeradas. Em 2021, com a reestruturação societária da Terra Santa Agro, foi realizado aporte de dívidas da TS Brasil.

Adicionalmente, a Companhia possui empréstimos e financiamentos que estão garantidos na modalidade hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas no valor total de R\$ 86.415 mil, conforme tabela abaixo:

Tipo de Garantia	Bem	Quantidade de matrículas envolvidas	Valor Contábil (em R\$ mil)
Hipoteca	Imóvel	1	19.049
Alienação Fiduciária	Imóvel	4	67.367
<b>Total dos ativos dado em garantia</b>		<b>5</b>	<b>86.415</b>

Em complemento, a Companhia possui garantias constituídas em favor de empréstimos e financiamentos firmados pela Terra Santa Agro, conforme quadro abaixo, os quais, por determinação do "Acordo de Associação e Outras Avenças" celebrado com a SLC Agrícola e outros, deverão ser integralmente adimplidos pela Terra Santa Agro (após implementação da Reorganização Societária e já enquanto controlada da SLC Agrícola), momento em que todas as garantias serão devidamente canceladas/baixasadas no menor prazo possível, mas observados os prazos internos das contrapartes e demais órgãos cartorários aplicáveis.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tipo de Garantia	Bem	Quantidade de matrículas envolvidas	Valor Contábil (em R\$ mil)
Hipoteca	Imóvel	11	142.367
Alienação Fiduciária	Imóvel	34	325.038
<b>Total dos ativos dado em garantia</b>		<b>45</b>	<b>467.405</b>

**(b) Estrutura de capital**

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de três meses findo em	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	31/03/2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	262.189	103.937	78.167	75.063
Capital próprio (patrimônio líquido)	679.718	648.670	765.376	748.466
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>941.907</b>	<b>752.607</b>	<b>843.543</b>	<b>823.529</b>
Parcela de capital de terceiros	27,8%	13,8%	9,3%	9,1%
Parcela de capital próprio	72,2%	86,2%	90,7%	90,9%

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$679.718 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$262.189 mil, ou seja, 27,8% de capital de terceiros e 72,2% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$648.670 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 103.937 mil, ou seja, 13,8% de capital de terceiros e 86,2% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$765.376 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 78.167 mil, ou seja, 9,3% de capital de terceiros e 90,7% de capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$748.466 mil, enquanto o capital de terceiros representava um total de R\$ 75.063 mil, ou seja, 9,1% de capital de terceiros e 90,9% de capital próprio.

**(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de março de 2021 eram de 3,59 e 0,31, respectivamente. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R\$128.380 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Adicionalmente, como parte dos entendimentos entre Terra Santa Agro S.A. e SLC Agrícola S.A. para transferência das operações agrícolas, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência, o montante de R\$ 125,5 milhões em dívidas foi transferido para a Companhia em 31 de março de 2021, o que modificou a configuração do capital circulante líquido (CCL) da Companhia. Diante disso, e por entender ser o cenário mais conservador diante da pendência de aprovação pelas instituições financeiras

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

até 31 de março de 2021, o montante de dívida no passivo não circulante de R\$64,1 milhões foi classificado no passivo circulante. Contudo, até a data de emissão das demonstrações financeiras do período de três meses findo em 31 de março de 2021, a integralidade dos aceites formais das instituições financeiras havia sido obtida pela Companhia. Além disso, tendo em vista o fechamento da Reorganização Societária descrita no item 15.8 do Formulário de Referência, a Companhia receberá R\$70.000 mil como preço de arrendamento no âmbito dos contratos de arrendamento celebrados com a Terra Santa Agro (atualmente sob o controle da SLC Agrícola).

### (d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### (e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

### (f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela abaixo apresenta o nível de endividamento relevante da Companhia em vigor em 31 de março de 2021:

		Custo médio ponderado		Consolidado	
Modalidade	Indexador	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de março de 2021	31 de dezembro de 2020
Moeda Nacional					
Aquisição de Imobilizado	R\$	3,50% a.a.		2.901	
Crédito à Exportação	R\$	10,09% a.a.		25.804	
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	12,51% a.a.		31.779	
		11,04% a.a.		60.484	
Moeda Estrangeira					
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	6,09% a.a.		67.896	
		6,09% a.a.		67.896	
Total		8,36% a.a.		128.380	

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de março de 2021:

Contrato	Contraparte	Data Contratação	Data Vencimento	Moeda	Captação R\$	Indexador	Custo Total	Saldo Balanço (Data Base 31/03/21)	Garantia
6303-99	Rabobank	20/08/2014	30/11/2021	Dólar	R\$ 33.648.000,00	0,00%	3,35%	13.812.182	Aval
									Hipoteca
40.011-14	ABC Brasil	29/05/2015	17/10/2022	Dólar	R\$ 22.120.000,00	Libor 6	6,91%	27.367.365	Fiança
									Nota Promissória
									AF de imóvel
13792/02	Rabobank	29/01/2020	04/06/2021	Dólar	R\$ 8.314.020,00	0,00%	7,50%	12.204.548	Aval
									Hipoteca
0132/18	Pine	25/05/2020	28/09/2023	Reais	R\$ 27.000.000,00	CDI	10,09%	12.386.646	Garantidor
									Nota Promissória
									AF de imóvel
0317/20	Pine	29/09/2020	28/09/2023	Reais	R\$ 13.000.000,00	CDI	10,09%	13.417.809	Garantidor
									Nota Promissória
									AF de imóvel
1032678	Santander	08/12/2020	05/12/2022	Reais	R\$ 20.988.484,99	0,00%	12,00%	21.707.499	AF de imóvel
1034761	Santander	11/03/2021	13/03/2023	Reais	R\$ 10.000.000,00	0,00%	13,60%	10.071.092	Aval
									AF de imóvel
15783/02	Rabobank	07/12/2020	20/05/2022	Dólar	R\$ 12.927.500,00	0,00%	5,96%	14.512.068	Aval
									Hipoteca
40/00535-6	Banco do Brasil	17/02/2014	16/01/2023	Reais	R\$ 3.387.420,00	0,00%	3,50%	1.153.340	Fiel Depositário
									AF de Móvel
40.00536-4	Banco do Brasil	02/01/2014	16/01/2023	Reais	R\$ 5.130.000,00	0,00%	3,50%	1.746.649	Fiel Depositário
									AF de Móvel

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2021 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

**(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Os contratos celebrados com o Banco Santander, dívidas tomadas pela Terra Santa Agro que foram transferidas à Companhia no âmbito da Reorganização Societária, possuem as seguintes restrições: (i) *covenants* financeiros com limite para relação de 5,2 vezes Dívida x EBITDA Ajustado; e (ii) manutenção de participação mínima de determinados acionistas da Companhia à época.

Em complemento, consigna-se, nos termos dos contratos celebrados com o Banco Santander, que os termos "Dívida Financeira Líquida" e "EBITDA Ajustado" adotam as seguintes definições:



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

**“Dívida Financeira Líquida”:** significa a soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos bancários, *floor plan* e *seller finance*), sejam elas de curto ou longo prazo, e deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades (caixas e aplicações financeiras líquidas – 365 dias).

**“EBITDA Ajustado”:** significa, para qualquer período, EBITDA do respectivo período ajustado para (a) excluir os efeitos dos seguintes itens para tal período: (i) qualquer variação no valor ajustado no mercado de ativos biológicos; (ii) qualquer variação na receita operacional líquida resultante da contabilidade do *hedge* adotado pela Companhia e suas subsidiárias de acordo com GAAP; e (iii) qualquer disparidade dos recebidos e taxas de crédito da Companhia e suas subsidiárias listadas no Anexo ao contrato; e (b) inclusos os efeitos de qualquer receita ou despesa para o respectivo período resultados de (i) transações derivadas de qualquer contrato de câmbio estrangeiro, contrato ou acordo de troca de moeda estrangeira, ou outro contrato ou acordo similar, celebrado a fim de proteger o risco cambial da Companhia e suas subsidiárias, e (ii) quaisquer variações cambiais que são refletidas nas demonstrações de resultados consolidados da Companhia relacionadas às contas a receber ou contas a pagar da Companhia e suas subsidiárias em razão de qualquer diferença entre a data de faturamento relevante e a data de pagamento.

A tabela a seguir apresenta as medições de tais *covenants* realizadas nos três últimos exercícios sociais:

Indicadores nos termos deste contrato (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado igual ou inferior a 5,2 vezes</b>	<b>-0,68</b>	<b>-0,02</b>	<b>-0,11</b>
Dívida Financeira Líquida	-34.198	-426	-3.467
EBITDA Ajustado	49.950	30.794	33.756

Ademais, não há outras restrições impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas acima.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima nos termos repactuados.

### (g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### (h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

#### **PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2021	AV	31/03/2020	AV	AH
Receita líquida de vendas	4.500	100%	1.785	100%	152%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	33.692	749%	41.730	2.338%	-19%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Custos dos produtos vendidos	-65	-1%	-39	-2%	67%
<b>Lucro bruto</b>	<b>38.127</b>	<b>847%</b>	<b>43.476</b>	<b>2.436%</b>	<b>-12%</b>
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-651	-14%	-572	-32%	14%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.301	51%	1.764	99%	30%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-	-	-	-	-
Receitas (despesas) operacionais	1.650	37%	1.192	67%	38%
<b>Lucro operacional</b>	<b>39.777</b>	<b>884%</b>	<b>44.668</b>	<b>2.502%</b>	<b>-11%</b>
Receitas financeiras	221	5%	5.967	334%	-96%
Despesas financeiras	-1.104	-25%	-378	-21%	192%
Variações cambiais, líquidas	-1.880	-42%	-	N/A	N/A
<b>Resultado financeiro</b>	<b>-2.763</b>	<b>-61%</b>	<b>5.589</b>	<b>313%</b>	<b>-149%</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.014	823%	50.257	2.816%	-26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-13.615	-303%	-17.087	-957%	-20%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>23.399</b>	<b>520%</b>	<b>33.170</b>	<b>1.858%</b>	<b>-29%</b>

***Receita líquida de vendas***

Receita líquida de vendas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$4.500 mil comparativamente a R\$1.785 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de 152%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior comercialização de soja no período quando comparado à igual período do ano anterior.

***Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas***

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$33.692 mil comparativamente a R\$41.730 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -19%. A variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou 749% e 2.338% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta queda é atribuída ao maior volume de soja em estoque no período anterior.

***Custos de produtos vendidos***

Custos de produtos vendidos no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$65 mil comparativamente a R\$39 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação 67%. Os custos de produtos vendidos representaram -1% e -2% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior faturamento de soja realizado no período comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

***Lucro bruto***

Lucro bruto no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$38.127 mil comparativamente a R\$43.476 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -12%. O Lucro bruto representou 847% e 2436% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a menor avaliação do ativo biológico e do produto agrícola verificado no período.

***Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem***

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$651 mil comparativamente a R\$572 mil no mesmo período de 2020, o que

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

representou uma variação de 14%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representaram -14% e -32% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a depreciação e prestação de serviços de avaliação florestal.

### ***Outras receitas (despesas) líquidas***

Outras receitas (despesas) líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$2.301 mil comparativamente a R\$1.764 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 537 mil. Outras receitas (despesas) líquidas representaram 51% e 99% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a baixa de tributos parcelados no 1º trimestre de 2021.

### ***Receita (despesas) operacionais***

Receita (despesas) operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$1.650 mil comparativamente a R\$1.192 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 458 mil. Receitas (despesas) operacionais representaram 37% e 67% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a baixa de tributos parcelados no 1º trimestre de 2021.

### ***Lucro operacional***

Lucro operacional no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$39.777 mil comparativamente a R\$44.668 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de - R\$4.891 mil ou -11%. Lucro operacional representou 884% e 2502% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a menor avaliação do ativo biológico e do produto agrícola verificado no período.

### ***Receitas financeiras***

Receitas financeiras no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$221 mil comparativamente a R\$5.967 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de - R\$5.746 mil ou -96%. Receitas financeiras representaram 5% e 334% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao fato de que, em dezembro de 2020, as partes reavaliaram a forma de remuneração das operações de mútuo entre as empresas do grupo e que, no primeiro trimestre de 2021 em comparação ao primeiro trimestre de 2020, os saldos estão menores. Desde 1º de janeiro de 2021, as referidas operações de mútuo passaram a ser remuneradas por 100% da variação do CDI diário. Durante o exercício de 2020, o saldo de mútuo estava sendo remunerado pela variação do CDI acumulado, resultando em uma remuneração maior, naquele período. A administração verificou, em 2021, que apesar de o contrato prever desde o seu início a remuneração pela variação do CDI diário, o cálculo estava sendo feito pelo CDI acumulado e decidiu, de comum acordo entre as partes envolvidas, ratificar a concordância com a remuneração aplicada até aquele momento, ajustando os cálculos de maneira prospectiva a partir daquela data. Adicionalmente, o saldo de mútuos mantido entre as partes relacionadas no primeiro trimestre de 2020 era em montante superior ao saldo mantido no mesmo período de 2021, como segue: (i) saldo médio do primeiro trimestre de 2020 de R\$ 175.026 mil, e (ii) saldo médio do primeiro trimestre de 2021 de R\$ 59.895 mil.

Na avaliação da administração, os critérios adotados em 2020 não causaram qualquer prejuízo para qualquer das partes envolvidas, haja vista que os recursos financeiros repassados pela Companhia à parte devedora (sua antiga controladora) constituíram recurso financeiro importante para o fluxo de caixa desta. A partir de janeiro de 2021, em linha com a reorganização societária realizada, a administração do grupo revisitou os cálculos e entendeu que a forma de remuneração aplicada nesse exercício está mais aderente às práticas de mercado. A administração também entende que no contexto da reorganização societária concluída, a antiga controladora deixou de ser uma parte relacionada da Companhia, e a remuneração de eventual saldo mantido entre as partes passará a seguir condições estritamente de mercado para ambas as partes, que passaram a ser independentes, e sem qualquer

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prejuízo para a avaliação dos investidores. Como indicativo dessa mudança de cenário, o saldo já foi completamente liquidado em 31 de março de 2021.

Diante do exposto acima, a administração da Companhia entende que as operações de mútuo entre a Companhia e a antiga controladora não remetem a impacto material nos resultados financeiros.

### ***Despesas financeiras***

Despesas financeiras no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$1.104 mil comparativamente a R\$378 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$726 mil ou 192%. Despesas financeiras representaram -25% e -21% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento do preço da saca de soja fixada em março/2021 a R\$148,44 versus R\$81,14 em março/2020.

### ***Variações cambiais, líquidas***

Variações cambiais, líquidas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$1.880 mil comparativamente a R\$0 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$1.880 mil. Variações cambiais, líquidas representaram -42% e 0% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da taxa do dólar em março/2021. Em março/2020 a Companhia não tinha dívidas em dólar.

### ***Resultado financeiro***

Resultado financeiro no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de -R\$2.763 mil comparativamente a R\$5.589 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$8.352 mil ou -149%. Resultados financeiros representaram -61% e 313% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da Receita Financeira e aumento da Variação Cambial do período.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$37.014 mil comparativamente a R\$50.257 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$13.243 mil ou -26%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 823% e 2.816% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da Receita Financeira e menor avaliação do ativo biológico e do produto agrícola verificado no período.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Imposto de renda e contribuição social diferidos no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$13.615 mil comparativamente a R\$17.087 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$3.472 mil ou -20%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representaram -303% e -957% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a menor Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do período.

### ***Lucro líquido do período***

Lucro líquido do período no período de três meses findo em 31 de março de 2021 foi de R\$23.399 mil comparativamente a R\$33.170 mil no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de -R\$9.771 mil ou -29%. O lucro líquido do período representou 520% e 1.858% da receita líquida nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da Receita Financeira e menor avaliação do ativo biológico e do produto agrícola verificado no período.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH
Receita líquida de vendas	52.070	100%	35.923	100%	45%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-	-	-239	-1%	-100%
Custos dos produtos vendidos	-4.044	-8%	-3.948	-11%	2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>48.026</b>	<b>92%</b>	<b>31.736</b>	<b>88%</b>	<b>51%</b>
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-1.314	-3%	-2.436	-7%	-46%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	-166	0%	239	1%	-169%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.778	3%	-12.385	-34%	-114%
Receitas (despesas) operacionais	298	1%	-14.582	-41%	-102%
<b>Lucro operacional</b>	<b>48.324</b>	<b>93%</b>	<b>17.154</b>	<b>48%</b>	<b>182%</b>
Receitas financeiras	7.884	15%	12.784	36%	-38%
Despesas financeiras	-415	-1%	-1.840	-5%	-77%
Variações cambiais, líquidas	-	-	-96	0%	-100%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>7.469</b>	<b>14%</b>	<b>10.848</b>	<b>30%</b>	<b>-31%</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	55.793	107%	28.002	78%	99%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-1.282	-4%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-19.080	-37%	-9.573	-27%	99%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>36.713</b>	<b>71%</b>	<b>17.147</b>	<b>48%</b>	<b>114%</b>

***Receita líquida de vendas***

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$52.070 mil comparativamente a R\$35.923 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.147 mil ou 45%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período, decorrente de 29% a mais de volume com preço 12% maior quando comparados a igual período do ano anterior.

***Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas***

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 mil comparativamente a -R\$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$239 mil. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou 0% e -1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a ausência de estoque disponível para venda no período de 2020.

***Custos de produtos vendidos***

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.044 mil comparativamente a R\$3.948 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$96 mil ou 2%. Custos de produtos vendidos representou -8% e -11% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos, apresentando estabilidade.

***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$48.026 mil comparativamente a R\$31.736 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.290 mil ou 51%. Lucro bruto representou 92% e 88% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior comercialização de soja em 2020.

### ***Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem***

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.314 mil comparativamente a R\$2.436 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$1.122 mil ou -46%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -3% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a atualizações das provisões de honorários advocatícios referente a contingências tributárias realizadas no período.

### ***Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis***

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de -R\$166 mil comparativamente a R\$239 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$405 mil ou -169%. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 0% e 1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao aumento de provisões de perdas com clientes.

### ***Outras receitas (despesas) líquidas***

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$1.778 mil comparativamente a -R\$12.385 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.163 mil ou 114%. Outras receitas (despesas) líquidas representou 3% e -34% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a ajuste do valor de terras para exploração em 2019.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$298 mil comparativamente a -R\$14.582 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.880 mil ou 102%. Receitas (despesas) operacionais representou 1% e -41% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação das contas da linha outras receitas (despesas) líquidas no montante de R\$14.163 mil, conforme descrito a seguir e na tabela abaixo: (i) baixas de ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020 R\$ 6 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$ 18.587 mil); (ii) resultado positivo na alienação de terras R\$ 6.155 mil em 31 de dezembro de 2019; (iii) recuperação de despesas em 31 de dezembro de 2020 R\$ 1.813 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$402 mil); (iv) provisão para contingências em 31 de dezembro de 2020 R\$14 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$284 mil) e (v) outras despesas em 31 de dezembro de 2020 R\$15 mil (em 31 de dezembro de 2019 R\$71 mil).

### ***Lucro operacional***

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$48.324 mil comparativamente a R\$17.154 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$31.170 mil ou 182%. Lucro operacional representou 93% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja em 2020 e a variação nas contas da linha outras receitas (despesas) líquidas decorrentes substancialmente de baixa de ativo imobilizado, cujo valor foi de R\$ 6 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 18.587 mil em 31 de dezembro de 2019.

### ***Receitas financeiras***

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$7.884 mil comparativamente a R\$12.784 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$4.900 mil ou -38%. Receitas financeiras representou 15% e 36% da receita líquida nos exercícios

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução do saldo devedor de mútuo.

### ***Despesas financeiras***

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$415 mil comparativamente a R\$1.840 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de - R\$1.425 mil ou -77%. Despesas financeiras representou -1% e -5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação refere-se a juros de ITR de 2014 a 2017 e à variação monetária realizada na venda de ativo imobilizado.

### ***Variações cambiais, líquidas***

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 comparativamente a um prejuízo de R\$96 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$96 mil. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação cambial de empréstimos que foram liquidados em 2020.

### ***Resultado financeiro***

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$7.469 mil comparativamente a R\$10.848 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de - R\$3.379 mil ou -31%. Resultado financeiro representou 14% e 30% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução da Receita Financeira atribuída a mudança de critério de cobrança entre juros entre partes relacionadas.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$55.793 mil comparativamente a R\$28.002 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$27.791 mil ou 99%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 107% e 78% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.

### ***Imposto de renda e contribuição social do exercício***

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0 mil comparativamente a R\$1.282 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de -R\$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou 0% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que em 2019 houve resultado na alienação de imobilizado.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$19.080 mil comparativamente a R\$9.573 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$9.507 mil ou 99%. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos representaram -37% e -27% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do período.

### ***Lucro líquido do exercício***

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$36.713 mil comparativamente a R\$17.147 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

R\$19.566 mil ou 114%. Lucro líquido do exercício representou 71% e 48% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a maior receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) líquidas.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	AH
Receita líquida de vendas	35.923	100%	43.603	192%	-18%
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	-239	-1%	-963	-4%	-75%
Custos dos produtos vendidos	-3.948	-11%	-7.079	-31%	-44%
<b>Lucro bruto</b>	<b>31.736</b>	<b>88%</b>	<b>35.561</b>	<b>157%</b>	<b>-11%</b>
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	-2.436	-7%	-2.878	-13%	-15%
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	239	1%	-175	0%	-237%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-12.385	-34%	-3.999	-9%	210%
Receitas (despesas) operacionais	-14.582	-41%	-7.052	-31%	107%
<b>Lucro operacional</b>	<b>17.154</b>	<b>48%</b>	<b>28.509</b>	<b>126%</b>	<b>-40%</b>
Receitas financeiras	12.784	36%	9.651	43%	32%
Despesas financeiras	-1.840	-5%	-1.915	-8%	-4%
Variações cambiais, líquidas	-96	0%	-8	0%	1100%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>10.848</b>	<b>30%</b>	<b>7.728</b>	<b>34%</b>	<b>40%</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	28.002	78%	36.237	160%	-23%
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-1.282	-4%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-9.573	-27%	-13.563	-60%	-29%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.147</b>	<b>48%</b>	<b>22.674</b>	<b>100%</b>	<b>-24%</b>

***Receita líquida de vendas***

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$35.923 mil comparativamente a R\$43.603 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de - R\$7.680 mil ou -18%. Esta redução é atribuída substancialmente a menor receita de soja no período, decorrente de 12% a menos de volume com preço 7% menor quando comparados a igual período do ano anterior.

***Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas***

Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$239 mil comparativamente a -R\$963 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$724 mil ou 75%. Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas representou -1% e -2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a variação do estoque de passagem entre períodos.

***Custos de produtos vendidos***

Custos de produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.948 mil comparativamente a R\$7.079 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de - R\$3.131 mil ou -44%. Custos de produtos vendidos representou -11% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. O Custo do produto vendido na Companhia é representado substancialmente pela depreciação dos ativos.

***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$31.736 mil comparativamente a R\$35.561 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$3.825 mil ou -11%. Lucro bruto representou 88% e 82% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a queda da receita de soja comercializada no período.

### ***Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem***

Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$2.436 mil comparativamente a R\$2.878 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$442 mil ou -15%. Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem representou -7% e -7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à redução de pessoal devido às transferências de controle das algodoceiras para Terra Santa Agro e a avaliação que identificou recuperabilidade em créditos de impostos.

### ***Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis***

Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$239 mil comparativamente a -R\$175 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$414 mil. Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis representou 1% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

### ***Outras receitas (despesas) líquidas***

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$12.385 mil comparativamente a um prejuízo de -R\$3.999 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$8.386 mil ou 210%. Outras receitas (despesas) líquidas representou -34% e -10% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a diminuição da receita de soja no período.

### ***Receitas (despesas) operacionais***

Receitas (despesas) operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$14.582 mil comparativamente a -R\$7.052 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$7.530 mil ou 107%. Receitas (despesas) operacionais representaram -41% e -16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído a ajuste do ativo imobilizado (áreas agrícolas).

### ***Lucro operacional***

Lucro operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.154 mil comparativamente a R\$28.509 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$11.355 mil ou -40%. Lucro operacional representou 48% e 65% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a diminuição da receita de soja no período e a variação da linha de outras receitas (despesas) operacionais.

### ***Receitas financeiras***

Receitas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$12.784 mil comparativamente a R\$9.651 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$3.132 mil ou 32%. Receitas financeiras representaram 36% e 22% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

### ***Despesas financeiras***

Despesas financeiras no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.840 mil comparativamente a R\$1.915 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$75 mil ou -4%. Despesas financeiras representou -5% e -4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a que houve adesão a parcelamento de tributos em 2019, que diminuiu a despesa com pagamento de tributos em atraso.

### ***Variações cambiais, líquidas***

Variações cambiais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de -R\$96 mil comparativamente a -R\$8 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$88 mil ou 1.100%. Variações cambiais, líquidas representou 0% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a aumento de captação de dívidas em moeda estrangeira no período.

### ***Resultado financeiro***

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$10.848 mil comparativamente a R\$7.728 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$3.120 mil ou 40%. Resultado financeiro representou 30% e 18% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a juros ativos sobre contratos de mútuo no período.

### ***Lucro antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$28.002 mil comparativamente a R\$36.237 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$8.235 mil ou -23%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 78% e 83% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a menor receita de soja no período.

### ***Imposto de renda e contribuição social do exercício***

Imposto de renda e contribuição social do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.282 mil comparativamente a R\$0 no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$1.282 mil. Imposto de renda e contribuição social do exercício representou -4% e 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a imposto relativo à venda de área agrícola.

### ***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$9.573 mil comparativamente a R\$13.563 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$3.990 mil ou -29%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representou -27% e -31% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente diminuição do lucro menor receita de soja no período.

### ***Lucro líquido do exercício***

Lucro líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$17.147 mil comparativamente a R\$22.674 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de -R\$5.527 mil ou -24%. Lucro líquido do exercício representou 48% e 52% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente diminuição da receita de soja no período

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

(em R\$ mil, exceto %)	31/03/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/03/2021 x 2020	2020 x 2019	2019 x 2018
<b>ATIVO</b>	<b>-55.237</b>		<b>-116.203</b>		<b>57.984</b>						
<b>Circulante</b>	<b>48.807</b>	<b>5%</b>	<b>43.065</b>	<b>6%</b>	<b>13.884</b>	<b>2%</b>	<b>30.260</b>	<b>4%</b>	<b>13%</b>	<b>210%</b>	<b>-54%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.816	0%	34.198	5%	426	0%	7.616	1%	-95%	7928%	-94%
Contas e receber de clientes	4.478	0%	5	0%	176	0%	135	0%	89.460%	-97%	30%
Títulos a receber	398	0%	398	0%	2.536	0%	15.757	2%	0%	-84%	-100%
Estoques	35.274	4%	1.815	0%	20	0%	2.560	0%	1843%	8975%	-99%
Tributos a recuperar	6.768	1%	6.564	1%	10.417	1%	3.991	0%	3%	37%	161%
Despesas antecipadas	-		71	0%	131	0%	191	0%	-100%	-46%	-31%
Outros ativos	73	0%	14	0%	178	0%	10	0%	421%	-92%	1680%
<b>Não Circulante</b>	<b>25.201</b>	<b>3%</b>	<b>80.438</b>	<b>11%</b>	<b>196.641</b>	<b>23%</b>	<b>138.657</b>	<b>17%</b>	<b>-69%</b>	<b>-59%</b>	<b>42%</b>
Títulos a receber	-		-		-		7	0%			-100%
Tributos a recuperar	25.182	3%	25.182	3%	24.661	3%	33658	4%	0%	2%	-27%
Mútuo com partes relacionadas	-		55.237	7%	171.961	20%	86.502	11%	-100%	-68%	99%
Depósitos judiciais	19	0%	19	0%	19	0%	18.490	2%	0%	0%	-100%
<b>Imobilizado</b>	<b>857.406</b>	<b>91%</b>	<b>629.104</b>	<b>84%</b>	<b>633.017</b>	<b>75%</b>	<b>654.610</b>	<b>79%</b>	<b>36%</b>	<b>-1%</b>	<b>-3%</b>
<b>Intangível</b>	<b>730</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>		<b>1</b>	<b>0%</b>	<b>2</b>	<b>0%</b>		<b>100%</b>	<b>-50%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>941.807</b>	<b>100%</b>	<b>752.607</b>	<b>100%</b>	<b>843.543</b>	<b>100%</b>	<b>823.529</b>	<b>100%</b>	<b>25%</b>	<b>-11%</b>	<b>2%</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>11.591</b>		<b>19.080</b>		<b>6.775</b>						
<b>Circulante</b>	<b>156.162</b>	<b>17%</b>	<b>9.501</b>	<b>1%</b>	<b>1.493</b>	<b>0%</b>	<b>5.164</b>	<b>1%</b>	<b>1544%</b>	<b>536%</b>	<b>-71%</b>
Salários e contribuições sociais	-		12	0%	16	0%	37	0%	-100%	-25%	-57%
Fornecedores	-		17	0%	31	0%	4	0%	-100%	-45%	675%
Tributos a recolher	-		374	0%	271	0%	355	0%	-100%	38%	-24%
Adiantamento de clientes	-		-		28	0%	2.060	0%		100%	-99%
Empréstimos e financiamentos	128.380	14%	-		-		1.087	0%			100%
Tributos parcelados	295	0%	1.114	0%	1.080	0%	1.582	0%	-74%	3%	-32%
Dividendos a pagar	24.771	3%	7.954	1%	-		-		211%		
Títulos a pagar	-		30	0%	67	0%	39	0%	-100%	-55%	72%
Outros passivos	2.716	0%	-		-		-				
<b>Passivo não circulante</b>	<b>106.027</b>	<b>11%</b>	<b>94.436</b>	<b>13%</b>	<b>76.674</b>	<b>9%</b>	<b>69.899</b>	<b>8%</b>	<b>12%</b>	<b>23%</b>	<b>10%</b>
Empréstimos e financiamentos	-		-		-		3.062	0%			-100%
Tributos parcelados	397	0%	2.429	0%	2.683	0%	2.704	0%	-84%	-9%	-1%
Títulos a pagar	414	0%	414	0%	1.491	0%	1.491	0%	0%	-72%	0%
Tributos diferidos	104.910	11%	91.295	12%	72.215	9%	62.642	8%	15%	26%	15%
Provisão para contingências	306	0%	298	0%	285	0%	-		3%	5%	
<b>Total do Passivo</b>	<b>262.189</b>	<b>28%</b>	<b>103.937</b>	<b>14%</b>	<b>78.167</b>	<b>9%</b>	<b>75.063</b>	<b>9%</b>	<b>152%</b>	<b>33%</b>	<b>4%</b>
Capital social	673.588	72%	397.390	53%	542.855	64%	898.778	109%	70%	-27%	-40%
Reservas de capital	-		9.703	1%	9.703	1%	9.703	1%	-100%	0%	0%
Reservas de lucro	6.130	1%	27.398	4%	-		-		-78%		
Ajuste de avaliação patrimonial	-		214.179	28%	214.922	28%	225.037	27%	-100%	0%	-4%
Prejuízos acumulados	-		-		-2.104		-385.052	-47%		-100%	99%
<b>Total patrimônio líquido</b>	<b>679.718</b>	<b>72%</b>	<b>648.670</b>	<b>86%</b>	<b>765.376</b>	<b>91%</b>	<b>748.466</b>	<b>91%</b>	<b>5%</b>	<b>-15%</b>	<b>2%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Total do passivo e patrimônio líquido	941.907	100%	752.607	100%	843.543	100%	823.529	100%	25%	-11%	2%
---------------------------------------	---------	------	---------	------	---------	------	---------	------	-----	------	----

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020*****Ativo circulante***

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$48.807 mil, em comparação com R\$43.065 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 5% em 31 de março de 2021 e 6% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$5.742 mil, equivalente a 13%, decorreu, principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- redução da conta de caixa e equivalentes de caixa, de R\$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$1.816 mil em 31 de março de 2021, explicada pela aplicação de recursos na operação de mútuo com parte relacionada e saldo de mútuo subsequentemente utilizado na compra de ativos com a mesma parte relacionada.
- incremento de R\$ 4.473 mil no saldo de contas a receber de clientes, que passou de R\$ 5 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4.478 mil em 31 de março de 2021. Tal variação decorre de saldo de contas a receber oriundo de venda de soja ocorrida no primeiro trimestre de 2021. O faturamento de soja no trimestre ocorreu devido ao recebimento da partilha da produção agrícola de sua controladora à época (Terra Santa Agro), dentro do contrato de parceria firmado entre as empresas. O período de colheita de soja e consequente partilha da produção entre a Terra Santa Agro e a TS Brasil ocorre do início de janeiro até o final de março de cada ano, período em que iniciam os embarques e faturamento do estoque para os clientes, movimentando, dessa forma, o saldo de contas a receber.
- aumento de R\$33.459 mil no saldo de estoques, que passou de R\$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$35.274 mil em 31 de março de 2021. Esse aumento deve-se a ao maior estoque de soja visto que no final de 2020 não havia soja colhida. O saldo de soja em 31 de março de 2021 era de 22.919 toneladas e decorre da partilha da produção agrícola de sua controladora à época (Terra Santa Agro), dentro do contrato de parceria firmado entre as empresas. A partilha da soja é feita até março e esse estoque normalmente é faturado até o final do segundo semestre de cada ano.

***Ativo não circulante***

Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$25.201 mil, em comparação com R\$80.438 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 3% em 31 de março de 2021 e 11% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução, de R\$55.237 mil, decorreu, principalmente, em razão da diminuição de R\$ 55.237 mil no saldo de partes relacionadas, devido a liquidação do saldo de mútuos entre as duas empresas devido a reorganização societária.

***Imobilizado***

Em 31 de março de 2021, o imobilizado era de R\$857.406 mil, em comparação com R\$629.104 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o imobilizado era de 91% em 31 de março de 2021 e era de 84% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$228.302 mil foi decorrente, principalmente, de saldo de mais valia de terras, no valor de R\$192.486 mil, que foi aportado pela Terra Santa Agro no contexto da reorganização de ativos ocorridos na reestruturação societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência.

***Passivo circulante***

Em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$156.162 mil, em comparação com R\$9.501 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 17% em 31 de março de 2021 e 1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R\$146.661

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mil, decorreu, principalmente, do aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola:

- incremento de 128.380 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos que passou de R\$ 0 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 128.380 mil em 31 de março de 2021. Esse incremento é explicado pelo aporte das dívidas da Terra Santa Agro na TS Brasil devido a reorganização societária na Terra Santa por conta da negociação com a SLC Agrícola;
- aumento de 16.817 mil, no saldo de dividendos a pagar, que passou de R\$7.954 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$24.771 mil em 31 de março de 2021. Esse aumento deve-se ao fato de que em dezembro de 2020 havíamos a atribuição dos dividendos obrigatórios. Com lucro obtido nos meses de 2021, foram atribuídos dividendos.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$106.027 mil, em comparação com R\$94.436 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 11% em 31 de março de 2021 e 13% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$11.591 mil decorreu, principalmente, em razão do aumento no saldo de tributos diferidos, que passou de R\$91.295 em 31 de dezembro de 2020 para R\$104.910 em 31 de março de 2021. Este aumento deve-se ao aumento de débitos tributários sobre o valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola.

### ***Ajuste de avaliação patrimonial***

Em 31 de março de 2021, o ajuste de avaliação patrimonial era inexistente, em comparação com R\$214.179 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução de R\$214.179 mil decorreu, principalmente, em razão da constituição da Companhia em janeiro de 2021, que, em razão do aporte de capital feito pela Terra Santa Agro S.A., passou a deter 100% do investimento da TS Brasil S.A. Com isso, o saldo de avaliação de ajuste patrimonial, que na controlada é destacada em linha própria no patrimônio líquido, passou a ser tratado como investimento pela Companhia.

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$679.718mil, em comparação com R\$648.670 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R\$31.048 mil, deu-se pela reserva de lucros entre os períodos.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$43.065 mil, em comparação com R\$13.884 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 6% em 31 de dezembro de 2020 e 2% em 31 de dezembro de 2019. O incremento do ativo circulante ocorreu principalmente em razão das variações abaixo descritas:

- incremento de R\$ 33.772 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$426 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$34.198 mil em 31 de dezembro de 2020, em decorrência, substancialmente, por recursos recebidos em contratos de mútuo.
- aumento de R\$ 1.795 mil, no saldo de estoques, que passou de R\$20 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.815 mil em 31 de dezembro de 2020.

### ***Ativo não circulante***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$80.438 mil, em comparação com R\$196.641 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 11% em 31 de dezembro de 2020 e 23% em 31 de dezembro de 2019.

Esta redução, de R\$116.203 mil, decorreu, principalmente da diminuição do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passou de R\$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$55.237 mil em 31 de dezembro de 2020.

### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$9.501 mil, em comparação com R\$1.493 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 1% em 31 de dezembro de 2020 e 0% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R\$8.008 mil, se deve principalmente ao aumento de dividendos a pagar, que passou de R\$0 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.954 em 31 de dezembro de 2020.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$94.436 mil, em comparação com R\$76.674 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 13% em 31 de dezembro de 2020 e 9% em 31 de dezembro de 2019.

Este aumento, de R\$17.762 mil, ocorreu principalmente em razão do aumento de R\$ 19.080 no saldo de tributos diferidos que passou de R\$72.215 em 31 de dezembro de 2019 para R\$91.295 em 31 de dezembro de 2020.

### ***Ajuste de avaliação patrimonial***

Em 31 de dezembro de 2020, o ajuste de avaliação patrimonial era de R\$214.179 mil, em comparação com R\$214.922 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$743 ocorreu, principalmente, em razão de depreciação de ativos, que dão origem ao ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*).

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$648.670 mil, em comparação com R\$ 765.376 mil em 31 de dezembro de 2019, uma queda de R\$ 116.706 mil

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$13.884 mil, em comparação com R\$30.260 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 2% em 31 de dezembro de 2019 e 4% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R\$16.376 mil, decorreu, principalmente, em razão das variações abaixo descritas:

- redução de ou R\$ 7.190 mil, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$7.616 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$426 mil em 31 de dezembro de 2019.
- redução de R\$ 13.221 mil, no saldo de títulos a receber, que passou de R\$15.757 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.536 mil em 31 de dezembro de 2019.
- redução R\$ 2.540 mil, no saldo de estoques, que passou de R\$2.560 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$20 mil em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- aumento no saldo de tributos a recuperar, que passou de R\$3.991 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$10.417 mil em 31 de dezembro de 2019.

***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$196.641 mil, em comparação com R\$138.657 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 23% em 31 de dezembro de 2019 e 17% em 31 de dezembro de 2018.

Este aumento, de R\$57.984 mil, decorreu, principalmente pelo aumento do saldo de mútuo com partes relacionadas, que passou de R\$86.502 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$171.961 mil em 31 de dezembro de 2019.

***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$1.493 mil, em comparação com R\$5.164 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 0% em 31 de dezembro de 2019 e 1% em 31 de dezembro de 2018.

Esta redução, de R\$3.671 mil decorreu principalmente das variações abaixo descritas:

- (i) redução de R\$ 2.032 mil, no saldo de adiantamento de clientes, que passou de R\$2.060 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$28 mil em 31 de dezembro de 2019.
- (ii) redução de, ou R\$ 1.087 mil, no saldo de empréstimos e financiamentos, que passou de R\$1.087 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$0 mil em 31 de dezembro de 2019.

***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$76.674 mil, em comparação com R\$69.899 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 9% em 31 de dezembro de 2019 e 8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$6.775 mil, decorreu, principalmente em razão do aumento no saldo de tributos diferidos, que passou de R\$62.642 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$72.215 mil em 31 de dezembro de 2019.

***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$765.376 mil, em comparação com R\$748.466 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$16.910 mil



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) Resultados das operações do emissor

#### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de três meses findo em 31 de março de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foi apurada com a venda dos produtos agrícolas pela Companhia em operação de parceria agrícola. A Companhia apresenta a receita líquida de vendas e serviços obtida na comercialização de seus produtos no mercado interno.

#### (ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Conforme os comentários da Diretoria apresentados no item 10.1(h) deste Formulário de Referência, os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelo preço das commodities agrícolas.

Ainda, a totalidade da receita da Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2020 advém de um único cliente. Eventual inadimplência por tal cliente, por qualquer razão, incluindo dificuldades temporárias ou permanentes em seus negócios ou em suas condições financeiras, pode nos afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

#### (b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os resultados das operações da Companhia são influenciados pela área plantada com cada cultura e pela produtividade obtida nas terras cedidas em parceria agrícola à Terra Santa Agro, além da variação do preço das *commodities* agrícolas. A receita está atrelada à variação do preço das *commodities*, estas vinculadas à cotação do dólar e, consequentemente, as nossas receitas sofrem indiretamente impactos pela variação cambial. O quadro abaixo demonstra a quantidade de produto recebida e faturada em parceria agrícola pela Companhia, além do preço unitário praticado.

Quantidade faturada (t)	1T21	1T20	2020	2019	2018
Soja	3.000	981	38.775	30.022	34.153
Milho	-	-	23.116	19.059	28.874

Preço Médio de Venda (R\$/t)	1T21	1T20	2020	2019	2018
Soja	1.500,00	1.183,49	1.032,01	918,63	993,00
Milho	-	-	326,09	360,46	333,34

A produção de algumas commodities agrícolas como soja, milho, entre outras, podem ser precificadas em reais ou em dólares por unidade de peso. A exposição ao dólar somente ocorre quando a *commodity* agrícola tem seu preço fixado em moeda norte-americana por unidade de peso. Neste caso, faz-se necessário o também monitoramento da exposição cambial.

A partir da conclusão da operação com a SLC Agrícola, será celebrado contrato de arrendamento rural entre a Companhia e a adquirente da operação agrícola, com preço fixo em quantidade de sacos de soja por hectare por ano, ou seja, a receita da Companhia estará sujeita à variação do preço da soja. Portanto, diferentemente do ocorreu até agora, a Companhia não estará mais sujeita ao risco de área plantada com cada cultura ou à produtividade obtida pelo operador da terra.

Já a inflação não impacta diretamente na variação das nossas receitas, pois os produtos são commodities agrícolas negociadas internacionalmente, com cotações negociadas em bolsa de valores, cujos preços obedecem à conjuntura de oferta e demanda nacional e mundial.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Estamos sujeitos a diversos fatores que afetam os nossos resultados das operações e a condição financeira, que, entre outros, incluem o seguinte:

- o ambiente macroeconômico brasileiro; e
- a inflação e disponibilidade de crédito.

**Ambiente macroeconômico brasileiro:** Atuamos no Brasil e, portanto, a maioria das nossas receitas, despesas e ativos é auferida em reais. Consequentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil, especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego e disponibilidade de crédito podem afetar os resultados das nossas operações. Nossos resultados das operações também são afetados pelas flutuações cambiais. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos serviços e poderá afetar nosso resultado das operações.

**Taxas de juros:** O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente nossas despesas financeiras, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito, o que influencia nossas operações.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tampouco no período de três meses findo em 31 de março de 2021, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

**(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

**(c) Eventos ou operações não usuais**

Não houve, durante o período de três meses findo em 31 de março de 2021 ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### (a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### **Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de março de 2021**

No período de três meses findo em 31 de março de 2021, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

#### **Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2020**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

#### **Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2019**

##### CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 / IFRS 16 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia mantém contrato com a Terra Santa Agro, sua antiga controladora, para a produção agrícola, em caráter de parceira, de soja, milho e algodão, sobre o qual detém a propriedade sobre 25% da produção bruta de grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índice ou taxa. Nessa operação de parceria agrícola, a Companhia contribui com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da administração, a referida operação não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da administração, o fluxo de caixa de suas operações é originado pela venda da sua parcela na produção agrícola originada na parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros ou com a Terra Santa Agro, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento da Companhia encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso interpretasse que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas são imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não é relevante para a interpretação dos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

#### **Mudanças significativas nas práticas contábeis – 31 de dezembro de 2018**

##### CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 (R1). De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A Administração avaliou e não

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

identificou efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras, considerando a natureza de suas transações de venda, onde as obrigações de performance são claras e a transferência do controle dos bens e serviços não é complexa ou requer julgamento significativo.

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis****CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Arrendamentos**

Na avaliação da administração, a operação de parceria agrícola não está sob o escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria. Por essa razão, a posição patrimonial e os resultados da Companhia não sofreram nenhum impacto na adoção na norma.

**CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes**

Com a adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia identificou que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições da norma nova. Suas receitas já são reconhecidas à medida que a Companhia e suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação. Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas. Assim, os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como do período de três meses findo em 31 de março de 2021 possuem os seguintes parágrafos de ênfases:

***Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2021*****Ênfases:**

*"Chamamos atenção para as Notas 1.2 e 2 às demonstrações financeiras intermediárias, que descrevem que as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício anterior acima referidas, que estão sendo apresentadas de forma comparativa, referem-se às demonstrações financeiras da TS Brasil S.A., integralizada na Companhia em 31 de março de 2021 no contexto da reorganização de capital da controladora comum Terra Santa Agro S.A. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."*

**Comentários da Administração:** Em decorrência da reorganização societária descrita no item 15.8 deste Formulário de Referência, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018 são apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil S.A., tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras.

*"Chamamos atenção para a Nota 10 às demonstrações financeiras intermediárias, que descrevem que a Companhia mantém saldos e transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."*

**Comentários da Administração:** Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazem parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

***Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018***Ênfase:

*"Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 10 e 23.1 às demonstrações financeiras, que demonstram que a Companhia mantém saldos e realiza transações com sua controladora em montantes significativos em relação a sua posição patrimonial e financeira e ao desempenho de suas operações. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto."*

Comentários da Administração: Nas referidas demonstrações financeiras, há um parágrafo de ênfase acerca de transações com partes relacionadas, chamando a atenção para a sua divulgação. As operações com partes relacionadas fazem parte das transações normais e usuais do grupo, conduzidas durante o curso regular de seus negócios, conforme divulgado em notas explicativas, tais como venda de *commodities* (soja e milho), remuneração financeira sobre contratos de mútuo, compra e venda de ativos (conforme o caso). Ressalta-se que, tendo em vista a conclusão da Reorganização Societária, as transações acima descritas não mais se dão com partes relacionadas, visto que a Terra Santa Agro passou a ser uma controlada da SLC Agrícola, conforme descrito no item 15.8 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos créditos tributários diferidos, os quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Nesse contexto, destaca-se que as projeções de resultados futuros da Terra Santa Agro, que suportam (i) a estimativa de resultados tributáveis futuros da Companhia e, conseqüentemente, a manutenção dos créditos tributários diferidos. Adicionalmente, essas projeções apresentam alta sensibilidade, principalmente no que se refere às variações na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* agrícolas e as estimativas de produtividade com as quais a Companhia trabalha.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### • **Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a Companhia e a Terra Santa Agro**

A Companhia mantém contrato com a Terra Santa Agro S.A., sua antiga controladora, para a produção agrícola, em caráter de parceira, de soja, milho e algodão, sobre o qual detém a propriedade sobre 25% da produção bruta de grãos e 13% da produção de pluma de algodão apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada a índice ou taxa. Nessa operação de parceria agrícola, a Companhia contribui com suas terras e benfeitorias para ter direito aos referidos percentuais da produção agrícola.

Na avaliação da administração, a referida operação não está sob o escopo do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, considerando que não há qualquer remuneração pela propriedade da terra, mas sim sobre o resultado da produção agrícola cultivada em regime de parceria pura. Nesse contexto, o parceiro outorgado também não reconhece qualquer obrigação a pagar para a Companhia, haja vista que não controla a totalidade da produção agrícola resultante dessa parceria.

Ainda conforme a avaliação da administração, o fluxo de caixa de suas operações é originado pela venda da sua parcela na produção agrícola originada na parceria. A receita de venda da sua produção agrícola é obtida mediante transações realizadas com terceiros ou com a Terra Santa Agro, por meio de contratos firmados antes da colheita e com base na melhor estimativa de sua produção.

O entendimento da Companhia encontra respaldo nas práticas de mercado, o qual não reconhece obrigação a pagar no reconhecimento de operações de parceria agrícola pura com a total divisão dos riscos e benefícios da operação. Todavia, caso interpretasse que os frutos dessa parceria resultassem em receita de arrendamento operacional, não haveria impacto material na apresentação de suas demonstrações financeiras, haja vista que não haveria qualquer alteração na apresentação do seu balanço patrimonial, ou ainda no momento de reconhecimento do ganho ou dos fluxos de caixa. Ademais, considerando que os estoques de produtos agrícolas são imediatamente vendidos no momento de sua colheita, a eventual apresentação dessa receita como receita de arrendamento ao invés de receita de vendas de produtos agrícolas não é relevante para a interpretação dos usuários das demonstrações financeiras da Companhia.

### • **Utilização da contabilidade de reorganização de capital para a apresentação das demonstrações financeiras históricas da Companhia**

Com o objetivo de apresentar as informações financeiras históricas da Companhia, a administração julgou adequada a utilização da contabilidade de reorganização de capital, por entender que a Companhia não representa um negócio e que a sua criação como intermediária entre a Terra Santa Agro S.A. e a TS Brasil S.A. não se caracteriza como uma combinação de negócios nos termos do CPC 15/ IFRS 3 – Combinação de Negócios.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

O julgamento da administração levou em consideração que essa transação foi realizada sob o controle comum da Terra Santa Agro S.A., no contexto da reorganização societária divulgada na Nota 1.2 e, dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser representadas pelas demonstrações financeiras da entidade pré-existente, e que melhor reflete a essência econômica da entidade constituída.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(iv) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(b) Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

**(ii) Fontes de financiamento dos investimentos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

**(c) Novos produtos e serviços****(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

**(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### Impactos da COVID-19 em nossas atividades

Nossas operações, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas por nós, não foram adversamente afetados pela pandemia da COVID-19. A receita líquida da Companhia cresceu 45% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, e cresceu 152% no período de três meses findo em 31 de março de 2021 comparado com o período de três meses findo em 31 de março de 2020.

Os impactos decorrentes do surto da COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Do ponto de vista gerencial, adotamos medidas de distanciamento social e prevenção com nossos colaboradores. As atividades administrativas da Companhia estão ocorrendo em regime de home-office e revezamento desde março de 2020, e adotamos medidas de isolamento, reforço de equipamentos de proteção individual e testes para as equipes da operação como medidas para reduzir os riscos de disseminação da COVID-19 e dos impactos desta em nossos negócios.

Estamos monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, com o objetivo de preservar a nossa segurança, de nossos funcionários, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em nossos negócios. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes. Até o momento, as atuais restrições não causaram prejuízos à operação da Companhia ou à sua geração de receitas.

#### Medidas adotadas pela Companhia:

- Aquisição de máscara para todos os colaboradores
- Disponibilização de álcool em gel em todos os ambientes de trabalho
- Instalação de pias extras nas Unidades de Produção
- Cancelamento de eventos presenciais e viagens
- Local de isolamento para casos suspeitos e confirmados nas Unidades de Produção
- Manutenção de home office nos escritórios corporativos
- Levantamento epidemiológico dos colaboradores

### Demonstrações Financeiras

A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021 no contexto da reorganização societária da Terra Santa Agro, a qual foi conduzida por seus antigos acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da Terra Santa Agro para a SLC Agrícola S.A. Como resultado dessa reorganização societária, a Companhia se tornou uma *holding* não operacional, cuja sua subsidiária TS Brasil (anteriormente subsidiária da Terra Santa Agro), é a atual responsável pela gestão das terras e benfeitorias localizadas nas terras que pertenciam à Terra Santa Agro, visto que a TS Brasil não é parte da referida transação.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Em decorrência do exposto acima, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018 utilizadas como base para este Formulário de Referência estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos da TS Brasil, tendo em vista o controle comum, e que refletem a substância econômica das operações da Companhia como se ela já existisse na data dessas demonstrações financeiras. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia em relação aos exercícios sociais findos em 2020, 2019 e 2018, as quais são utilizadas como base para este Formulário de Referência, correspondem às demonstrações financeiras da TS Brasil, sendo que, em 31 de março de 2021, a Terra Santa Agro integralizou, na Companhia, acervo líquido representado, dentre outros, pelo seu investimento na TS Brasil.

Para mais informações sobre a Reorganização Societária, vide item 15.8 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a este item 10.